

Avaliação do Sistema Tributário Nacional e do desempenho da Administração Tributária da União

Jorge Antonio Deher Rachid
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil
Secretário da Receita Federal do Brasil

Maio/2017



Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1. Sistema Tributário e suas características principais

1. Evolução da Carga Tributária no Brasil
2. Grandes Números do Sistema Tributário Nacional
3. Desempenho da Arrecadação
4. Evolução do Gasto Tributário/Desonerações
5. Parcelamentos Especiais
6. Assimetrias e fragmentação do Modelo (proliferação de regimes especiais)

2. Aperfeiçoamento e Simplificação do Sistema

1. Ajustes na Tributação da Base Consumo
2. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)
3. Competitividade e Comércio Exterior
4. Harmonização da legislação tributária e aduaneira com as práticas internacionais

1. Sistema Tributário e suas características principais



Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1.1 Carga Tributária – Série Histórica – 2002-2015

Valores em R\$ milhões

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
União ¹	22,2%	21,5%	22,3%	23,3%	23,1%	23,6%	23,3%	22,2%	22,4%	23,4%	22,6%	22,5%	22,2%	22,3%
Receitas Federais, Exceto Previdência	17,3%	16,7%	17,1%	17,9%	17,5%	18,0%	17,6%	16,3%	16,4%	17,3%	16,5%	16,5%	16,2%	16,4%
Receitas Previdenciárias Federais	5,0%	4,9%	5,1%	5,4%	5,5%	5,6%	5,6%	5,9%	6,0%	6,1%	6,1%	6,0%	6,0%	5,9%
Estados	8,33%	8,26%	8,49%	8,6%	8,6%	8,4%	8,5%	8,3%	8,3%	8,2%	8,2%	8,3%	8,2%	8,3%
Municípios	1,55%	1,57%	1,64%	1,6%	1,7%	1,7%	1,7%	1,8%	1,8%	1,8%	1,9%	1,9%	2,0%	2,1%
Total	32,12%	31,37%	32,38%	33,57%	33,31%	33,66%	33,53%	32,27%	32,44%	33,39%	32,70%	32,67%	32,42%	32,66%

(1) RGPS e RPPS.

1.1 Carga Tributária – Base de Incidência – 2014-2015

Cód.	Base	R\$ milhões		% PIB			% da Arrecadação			Var (p.p. da Arrec.)
		2014	2015	Variação	2014	2015	Var (p.p. do PIB)	2014	2015	
0000	Total:	1.843.860,49	1.928.182,85	84.322,36	32,42%	32,66%	0,24	100,00%	100,00%	0,00
1000	Renda	332.888,43	352.305,41	19.416,99	5,85%	5,97%	0,11	18,05%	18,27%	0,22
2000	Folha de Salários	478.505,13	498.034,80	19.529,66	8,41%	8,44%	0,02	25,95%	25,83%	-0,12
3000	Propriedade	76.840,90	85.696,87	8.855,97	1,35%	1,45%	0,10	4,17%	4,44%	0,28
4000	Bens e Serviços	925.635,63	957.923,77	32.288,14	16,28%	16,22%	-0,05	50,20%	49,68%	-0,52
5000	Transações Financeiras	29.819,44	34.686,30	4.866,86	0,52%	0,59%	0,06	1,62%	1,80%	0,18
9000	Outros	170,96	-464,30	-635,25	0,00%	-0,01%	-0,01	0,01%	-0,02%	-0,03

1.1 Carga Tributária – Base de Incidência - 2002-2015

% da Arrecadação Total

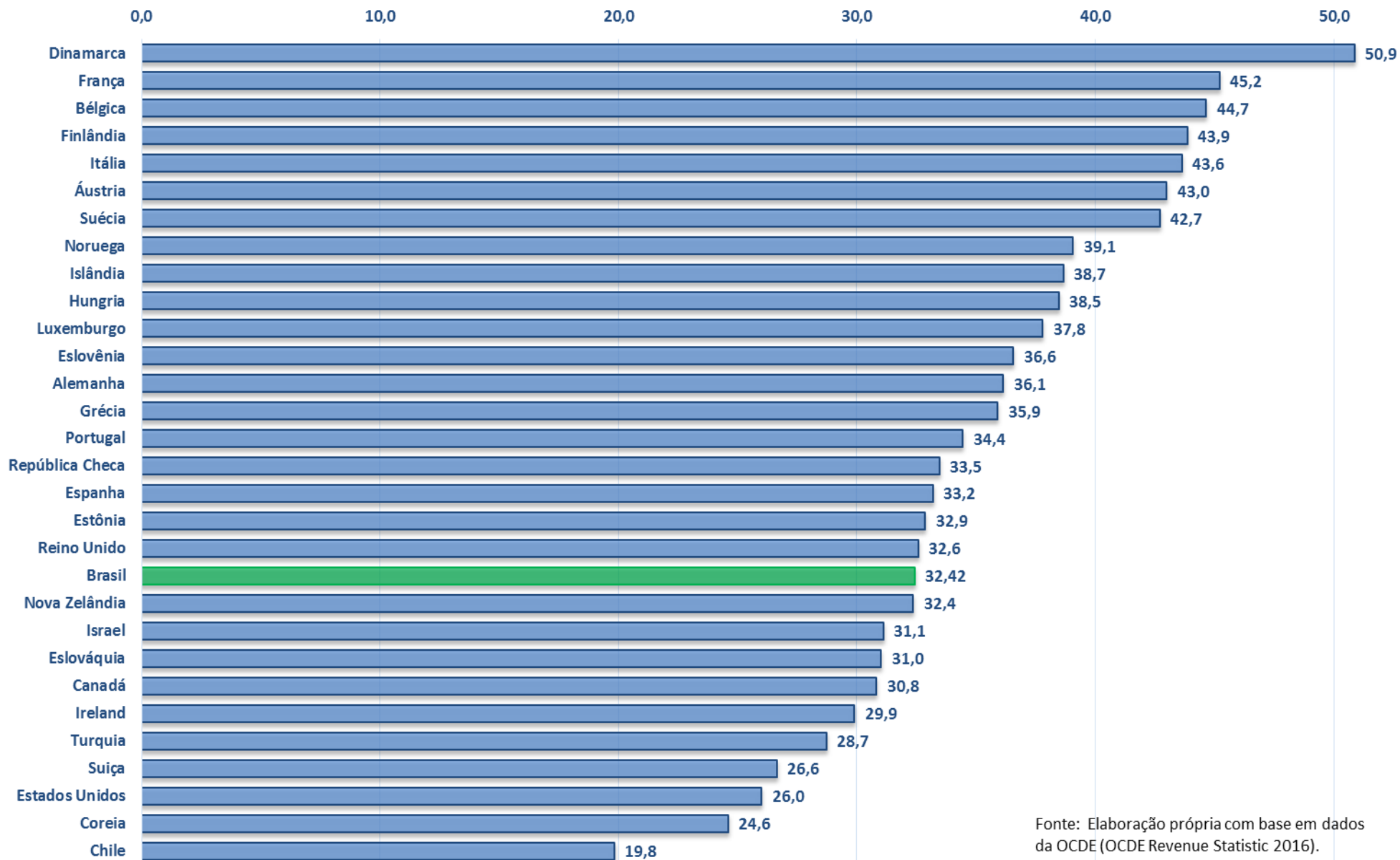
Cód.	Tipo de Base	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1000	Renda	18,85%	18,37%	17,16%	18,66%	18,47%	19,30%	20,45%	19,63%	18,26%	19,08%	17,92%	18,15%	18,05%	18,27%
2000	Folha de Salários	23,67%	23,72%	23,88%	24,06%	24,46%	24,25%	24,23%	26,28%	26,01%	25,61%	26,43%	25,79%	25,95%	25,83%
3000	Propriedade	3,53%	3,57%	3,39%	3,34%	3,47%	3,52%	3,56%	3,91%	3,79%	3,74%	3,89%	3,94%	4,17%	4,44%
4000	Bens e Serviços	48,68%	49,13%	50,44%	48,99%	48,65%	47,85%	49,77%	48,45%	49,71%	49,32%	49,81%	50,41%	50,20%	49,68%
5000	Trans. Financeiras	5,07%	5,09%	4,99%	4,80%	4,82%	4,82%	2,03%	1,79%	2,11%	2,20%	1,96%	1,68%	1,62%	1,80%
9000	Outros Tributos	0,19%	0,12%	0,14%	0,15%	0,13%	0,25%	-0,03%	-0,05%	0,12%	0,05%	-0,01%	0,04%	0,01%	-0,02%

1.1 Participação dos Entes na Arrecadação – 2002-2015

Ente Federativo	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Governo Federal	69,23%	68,66%	68,72%	69,52%	69,21%	70,00%	69,38%	68,81%	68,94%	69,99%	69,06%	68,92%	68,39%	68,26%
Governo Estadual	25,94%	26,33%	26,22%	25,58%	25,68%	24,85%	25,46%	25,71%	25,53%	24,47%	25,15%	25,27%	25,40%	25,37%
Governo Municipal	4,84%	5,01%	5,07%	4,90%	5,11%	5,16%	5,16%	5,48%	5,53%	5,54%	5,79%	5,81%	6,21%	6,37%



1.1 Carga Tributária Brasil e Países OCDE - 2014



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2016).

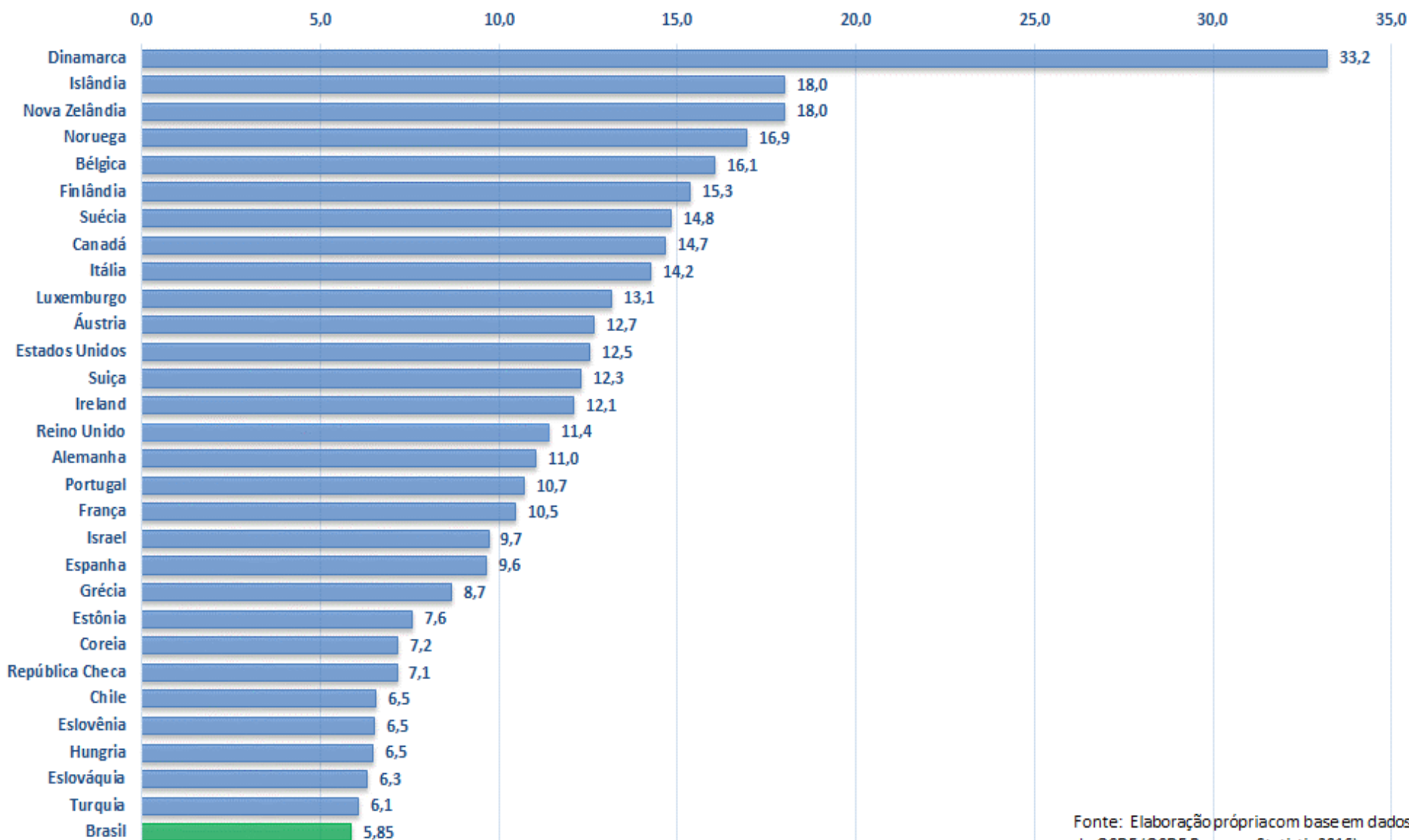


Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1.1 Brasil x OCDE – CT – Lucro, Renda e Ganho de Capital



Fonte: Elaboração própria com base em dados da OCDE (OCDE Revenue Statistic 2016).

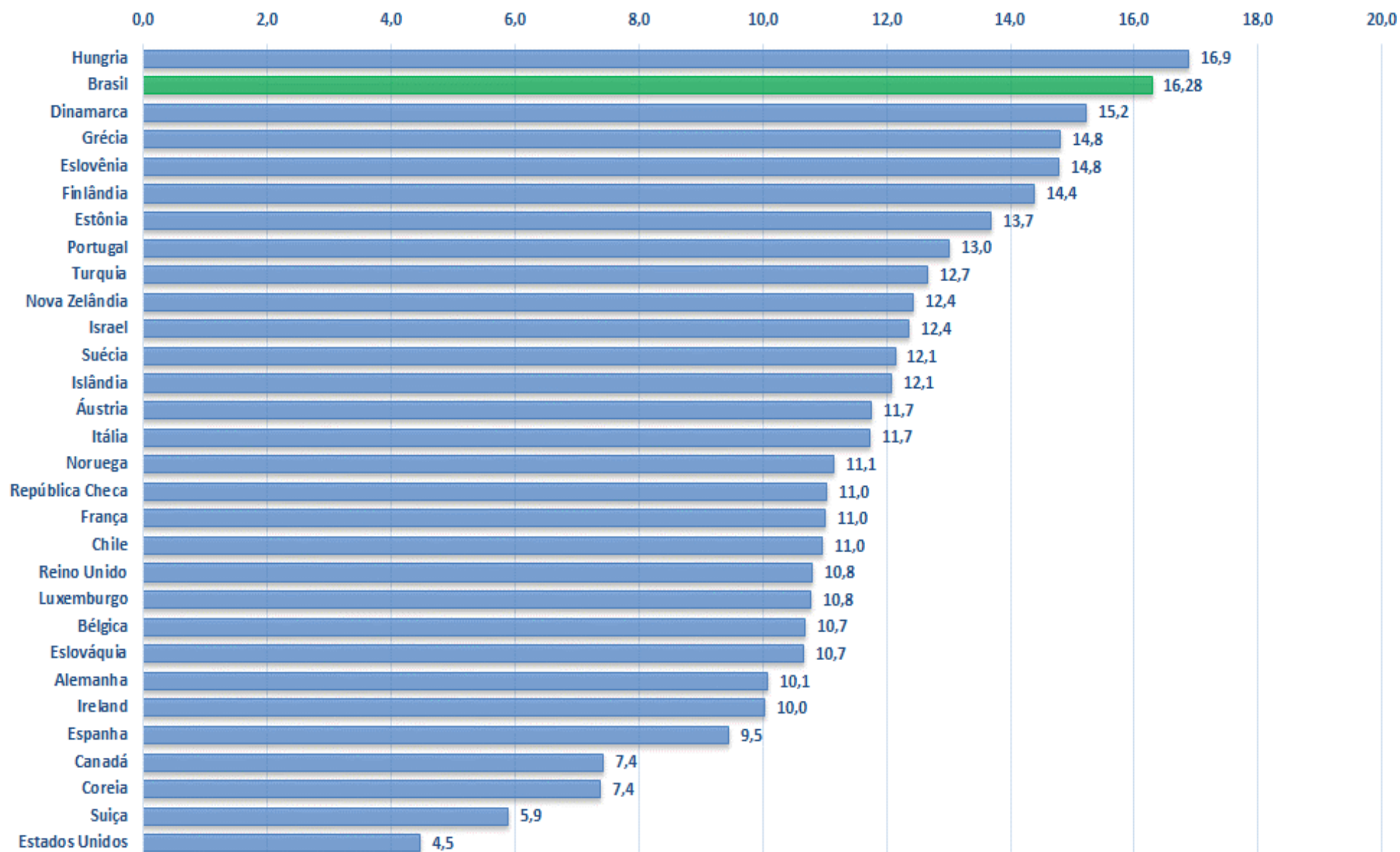


Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1.1 Brasil x OCDE – CT – Bens e Serviços - 2014

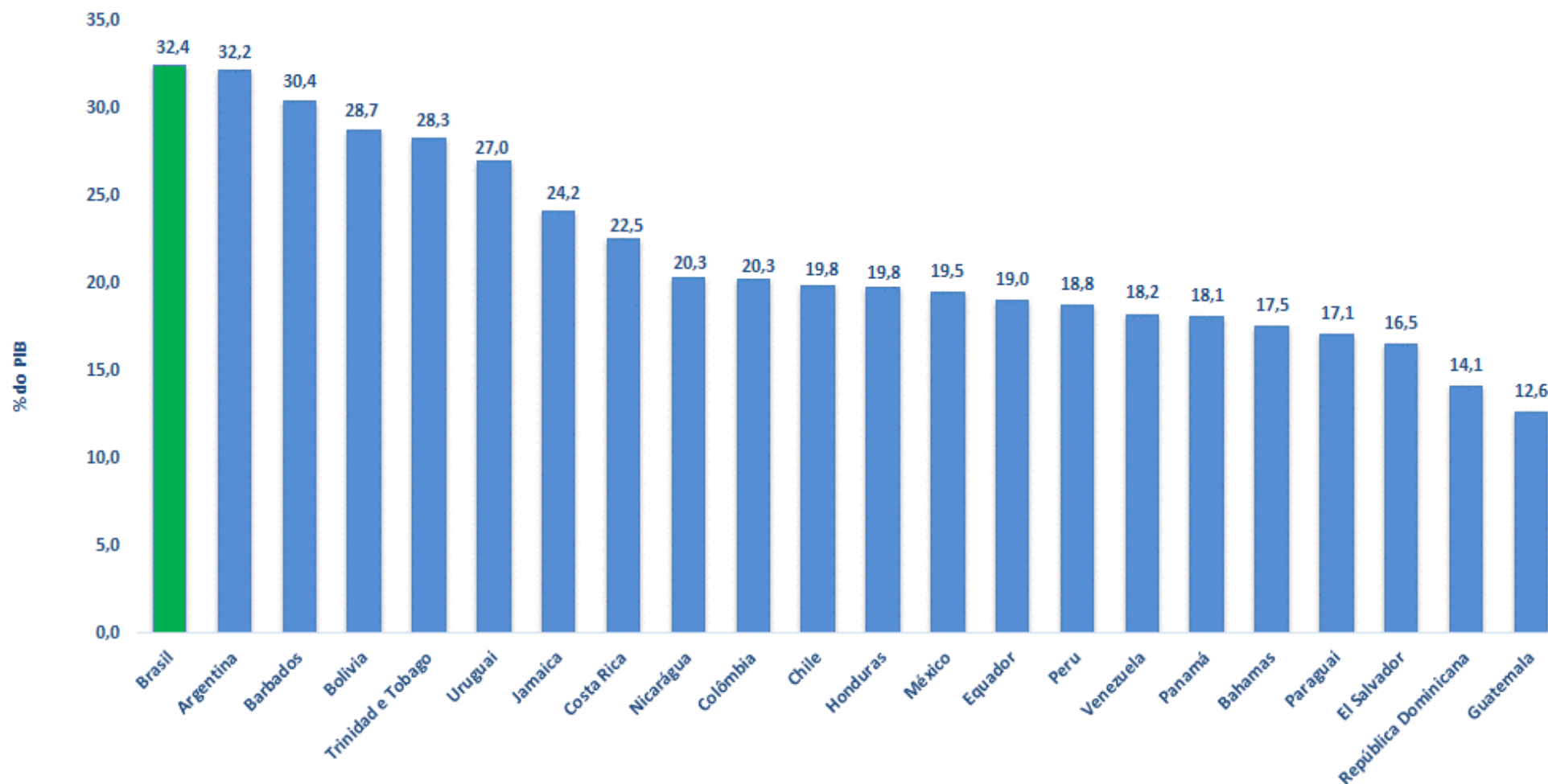


Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1.1 Brasil x América Latina e Caribe - 2014



Exceto Brasil, fonte: OECD. Revenue Statistics in Latin America and Caribbean. Edição 2016. Disponível em http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/taxation/revenue-statistics-in-latin-america-and-the-caribbean-2016_rev_lat_car-2016-en-fr#page24



Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1.2 Grandes Números do Sistema Tributário

QUANTIDADE DE EMPRESAS E RECEITA BRUTA POR REGIME DE TRIBUTAÇÃO - ANO-CALENDÁRIO 2015 (1)

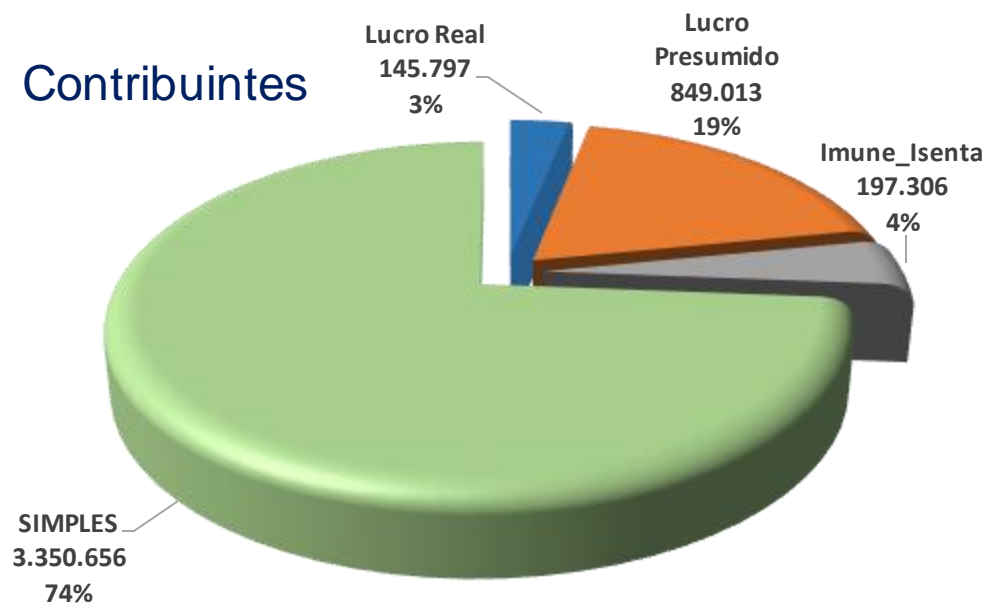
Valores em R\$ bilhões

Lucro Real		Lucro Presumido		Imune_Isenta		SIMPLES		Total Geral	
Qte Empresas	Receita Bruta	Qte Empresas	Receita Bruta	Qte Empresas	Receita Bruta	Qte Empresas	Receita Bruta	Qte Empresas	Receita Bruta
145.797	10.672,80	849.013	1.260,36	197.306	191,14	3.350.656	828,16	4.542.772	12.952,46

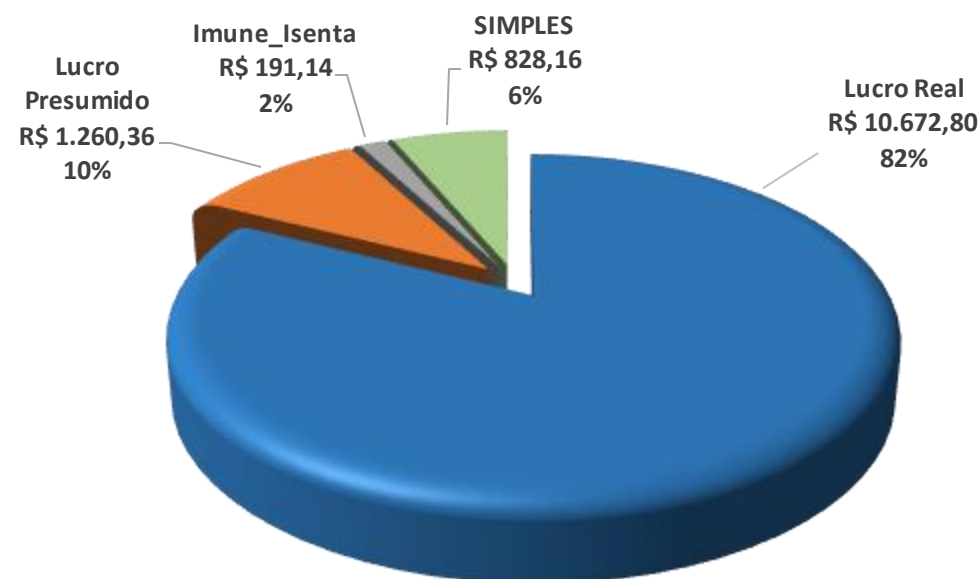
Fonte: SIGA PJ (ECF) e Apuração Especial SERPRO

(1) Dados do SIMPLES NACIONAL referem-se ao Ano-Calendarário 2014.

Contribuintes



Receita Bruta



Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1.2 Grandes Números do Sistema Tributário

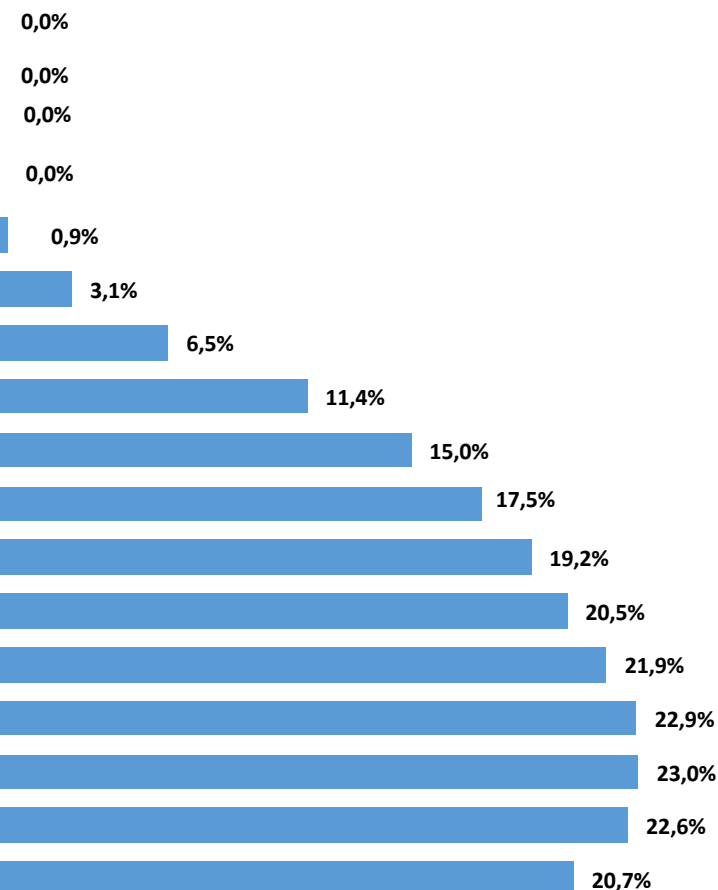
Rendimentos Tributáveis + Tributação Exclusiva por Faixa de Salário Mínimo

Ano Calendário 2015 - DIRPF 2016

Valores em R\$ milhões

Faixa de Salário Mínimo Mensal	Qte Declarantes	Rend. Tributáveis	Rend. Tribut. Exclusiva	Rend. Isentos	Deduções	Imposto Devido
Até 1/2	2.091.275	660	305	62.125	2.419	0
Mais de 1/2 a 1	1.020.030	8.195	392	31.577	2.241	0
Mais de 1 a 2	1.795.445	24.272	1.646	54.178	5.918	1
Mais de 2 a 3	4.022.884	96.644	3.695	60.338	21.095	5
Mais de 3 a 5	7.455.407	254.865	20.185	85.845	67.182	2.196
Mais de 5 a 7	3.981.996	203.425	18.550	67.696	55.540	6.386
Mais de 7 a 10	2.848.338	202.685	20.749	63.034	54.503	13.179
Mais de 10 a 15	2.031.403	208.497	24.277	66.309	48.244	23.710
Mais de 15 a 20	879.052	126.196	17.011	42.547	24.926	18.948
Mais de 20 a 30	756.312	149.783	23.112	53.862	26.796	26.144
Mais de 30 a 40	307.089	84.410	15.104	33.631	14.159	16.214
Mais de 40 a 60	215.442	78.289	18.120	41.167	12.407	16.032
Mais de 60 a 80	52.151	24.244	9.426	19.769	3.334	5.298
Mais de 80 a 160	42.709	27.005	15.875	35.277	3.347	6.184
Mais de 160 a 240	8.506	8.027	7.510	17.275	1.117	1.843
Mais de 240 a 320	3.558	4.406	4.873	10.481	704	996
Mais de 320	7.247	21.089	52.123	64.096	4.976	4.364
Total	27.518.844	1.522.690	252.949	809.206	348.906	141.500

Alíquota Média [%]

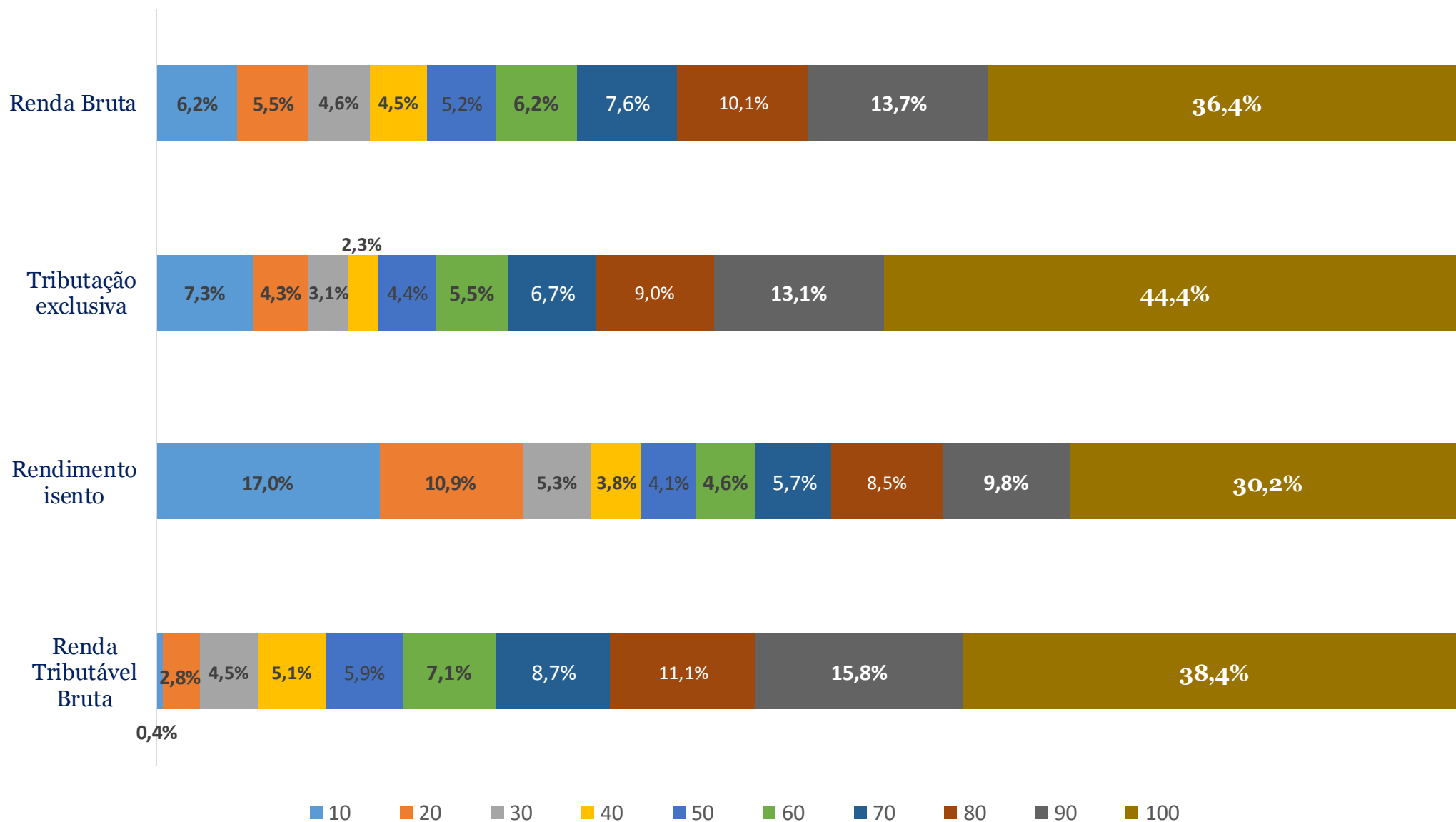


Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA



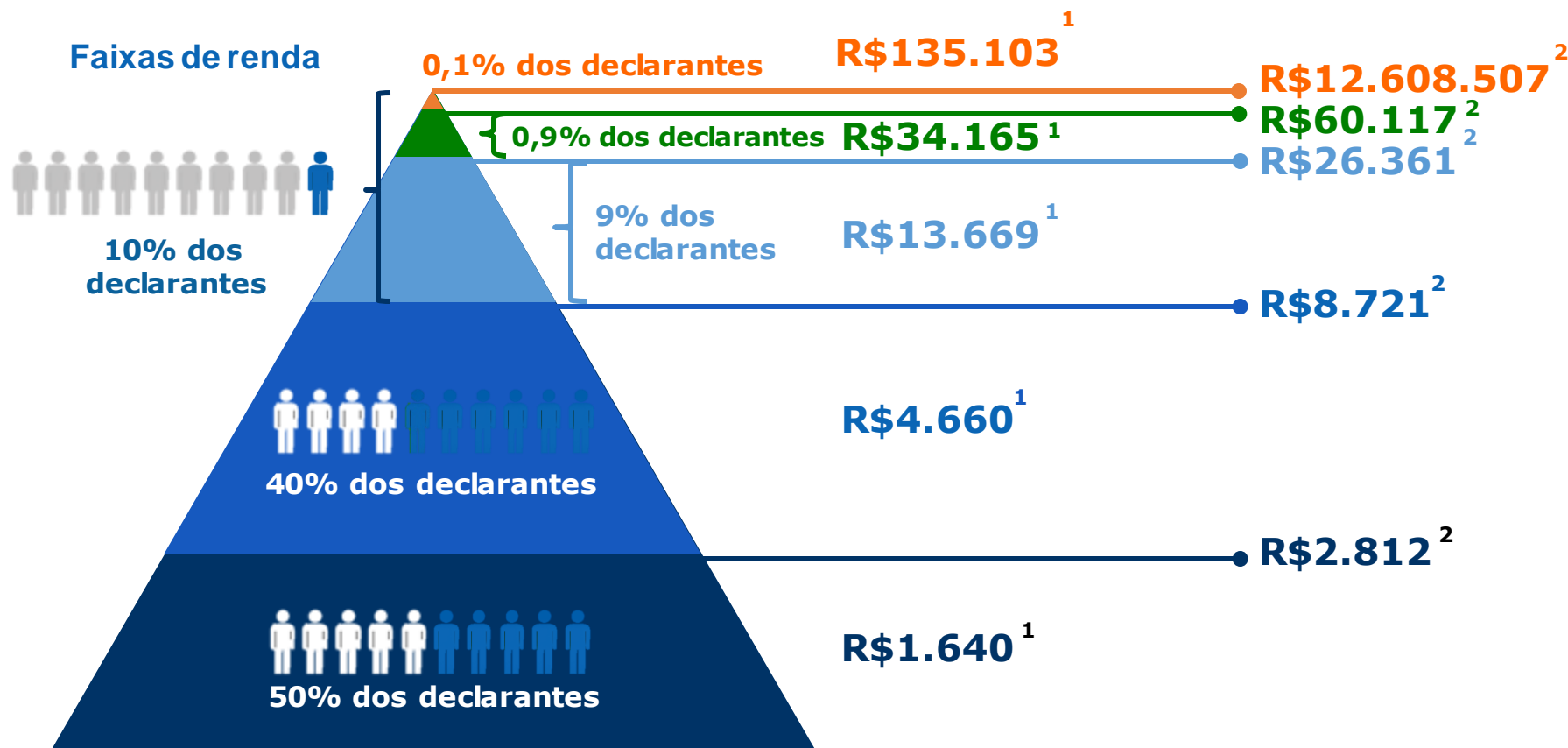
1.2 IRPF - Distribuição da Renda em Decis



* Renda Bruta é a soma dos “Rendimentos Tributáveis”, “Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva” e “Rendimentos Isentos”.

1.2 IRPF - Informações por faixa de renda

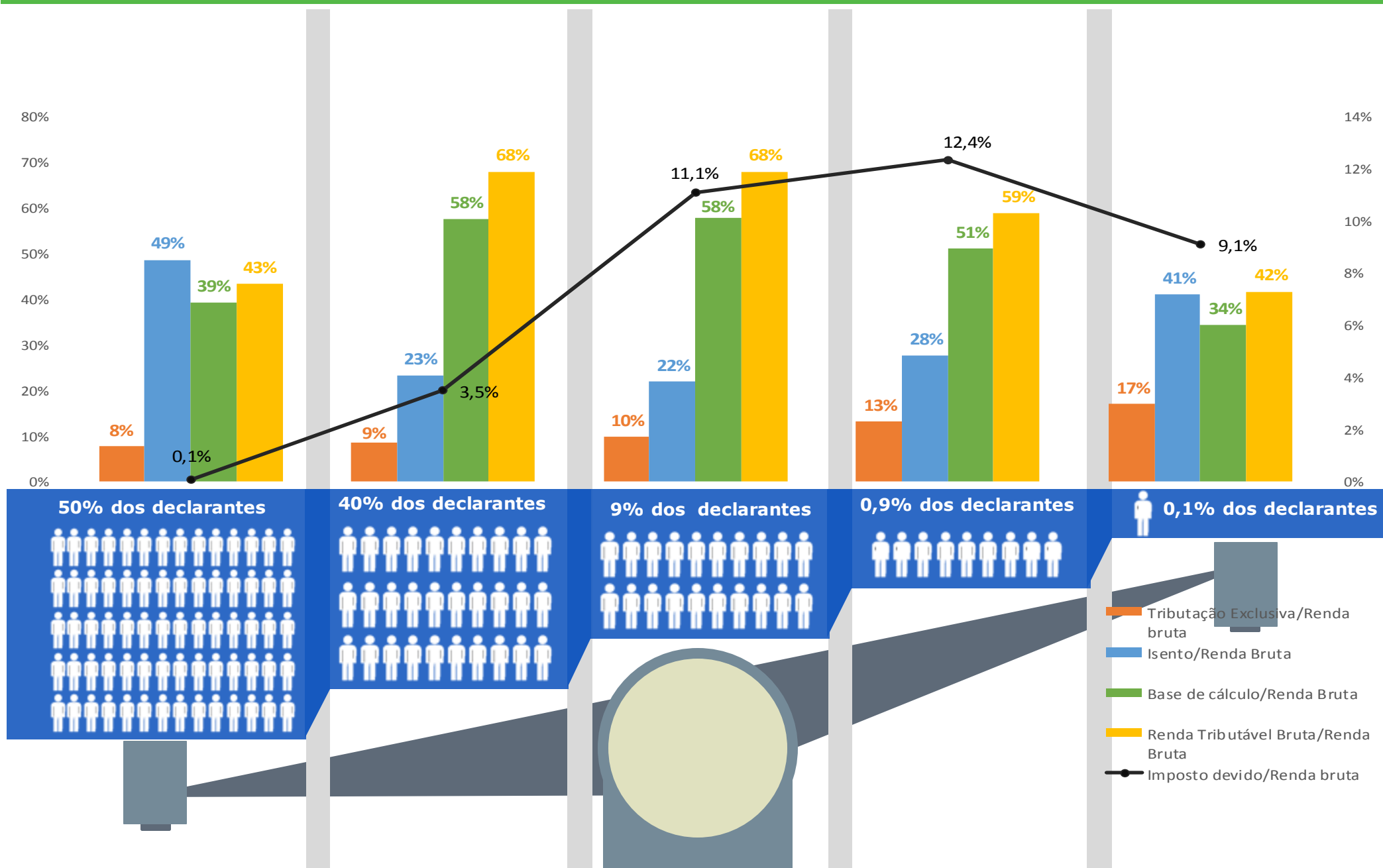
50% dos declarantes ganham até 3,9 Salários Mínimos, que corresponde a 73,3% da População Economicamente Ativa



¹ Renda Tributável Bruta média por declarante da faixa

² Renda do contribuinte com maior Renda Tributável Bruta da faixa

1.2 IRPF - Informações por faixa de renda



Receita Federal

MINISTÉRIO DA FAZENDA



1.2 IRPF - Informações por faixa de renda



Renda Tributável Bruta 19%

43%

29%

7%

3%

Renda Bruta* 17%

41%

28%

8%

6%



% Bens e direitos 33%

31%

22%

8%

6%

Bens e direitos por contribuinte R\$153.726

R\$ 181.708

R\$ 565.107

R\$ 2.143.321

R\$ 15.141.453



Despesas dedutíveis média
R\$ 1.864

R\$ 8.547

R\$ 24.632

R\$ 54.938

R\$ 286.634

Despesas dedutíveis (exceto livro-caixa) R\$ 1.851

R\$ 8.252

R\$ 22.638

R\$ 42.996

R\$ 56.600

50% dos declarantes



40% dos declarantes



9% dos declarantes



0,9% dos declarantes



0,1% dos declarantes

Renda Bruta* =
somatório dos rendimentos dos sócios/titular de micro e pq. Empresa + lucros e dividendos + Tributação Exclusiva



Receita Federal

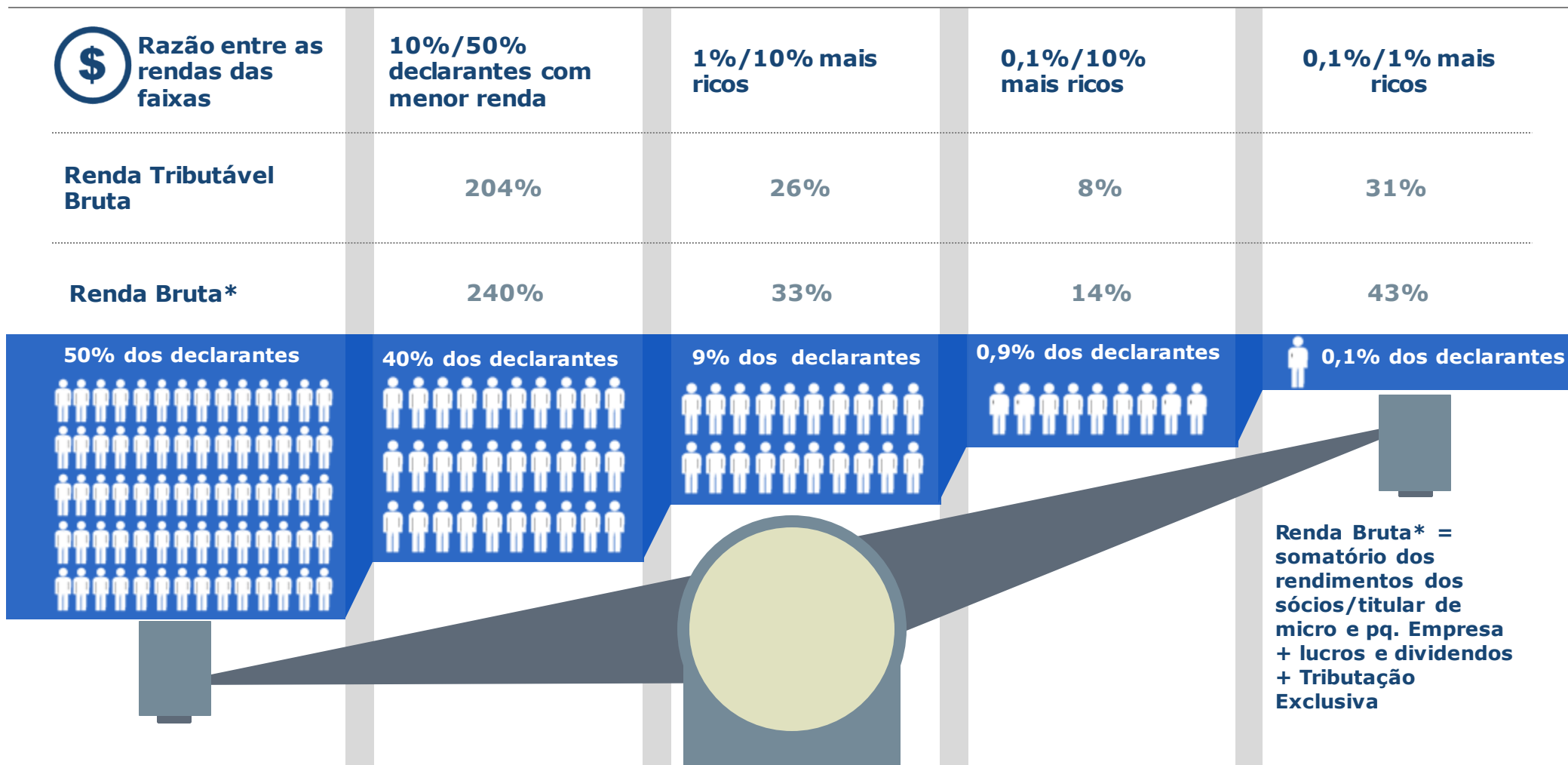
MINISTÉRIO DA FAZENDA



1.2 IRPF - Informações por faixa de renda

10% mais ricos concentram 2,4 vezes mais que a renda de 50% dos declarantes

0,1% mais ricos concentram 43% do 1% mais rico



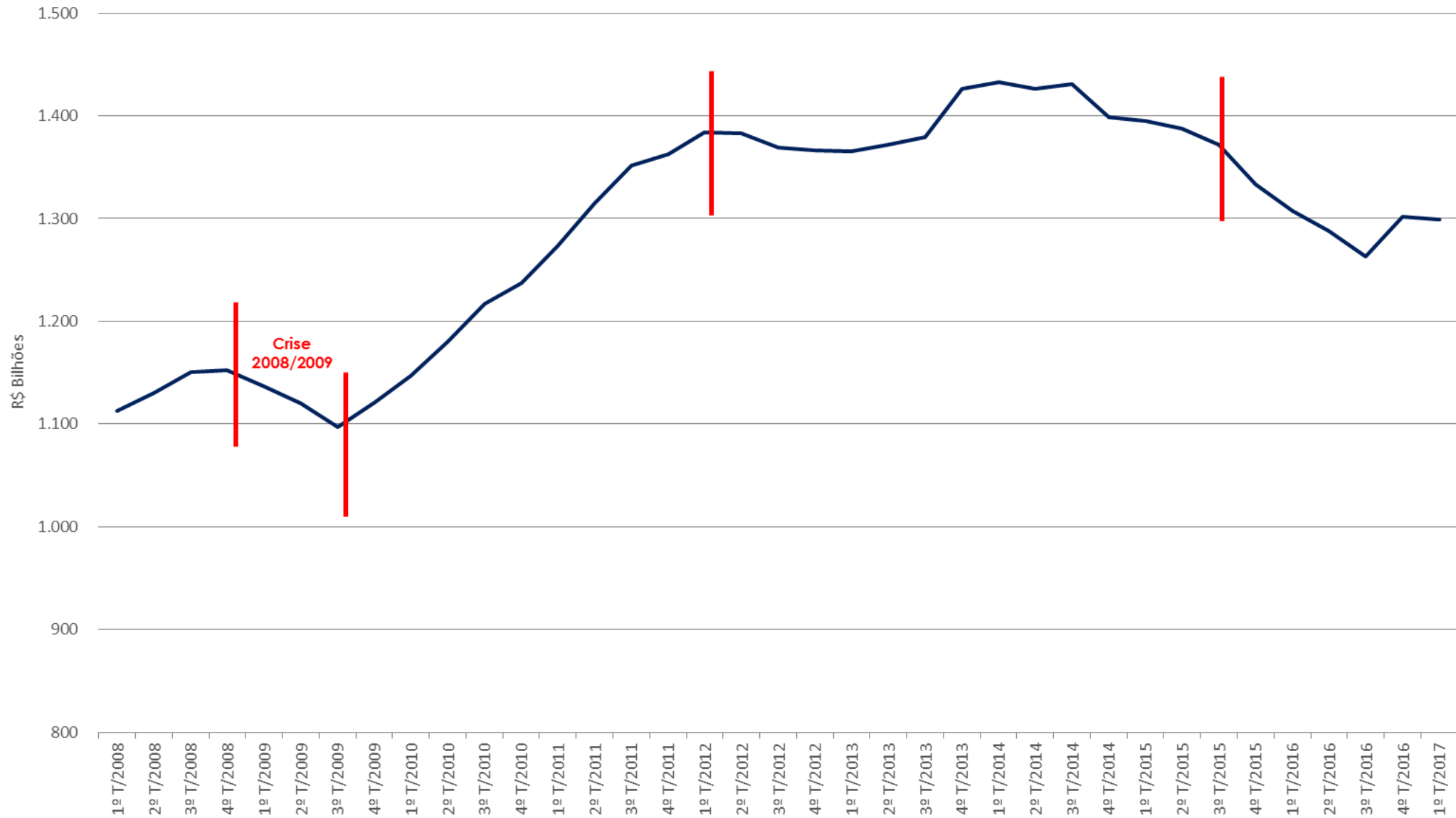
Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1.3 Desempenho da Arrecadação

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB ACUMULADA EM 4 TRIMESTRES
PERÍODO: JANEIRO DE 2008 A MARÇO DE 2017
(A PREÇOS DE MARÇO/2017 - IPCA)



Receita Federal

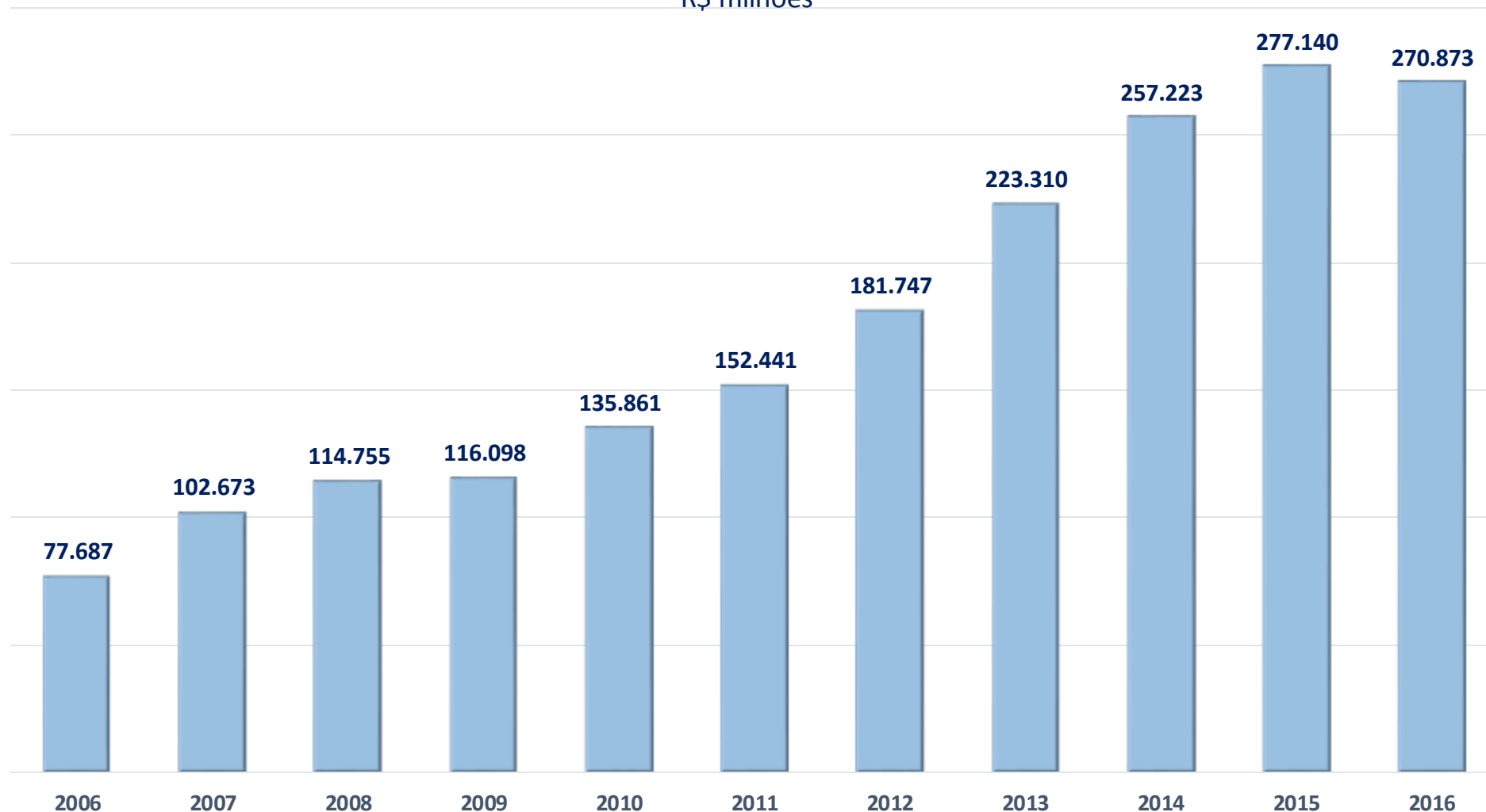
MINISTÉRIO DA
FAZENDA



1.4 Evolução do Gasto Tributário

Gastos Tributários (Evolução em valores absolutos)

R\$ milhões



1.4 Evolução do Gasto Tributário

Gastos Tributários
(Evolução em % do PIB e de Receita)



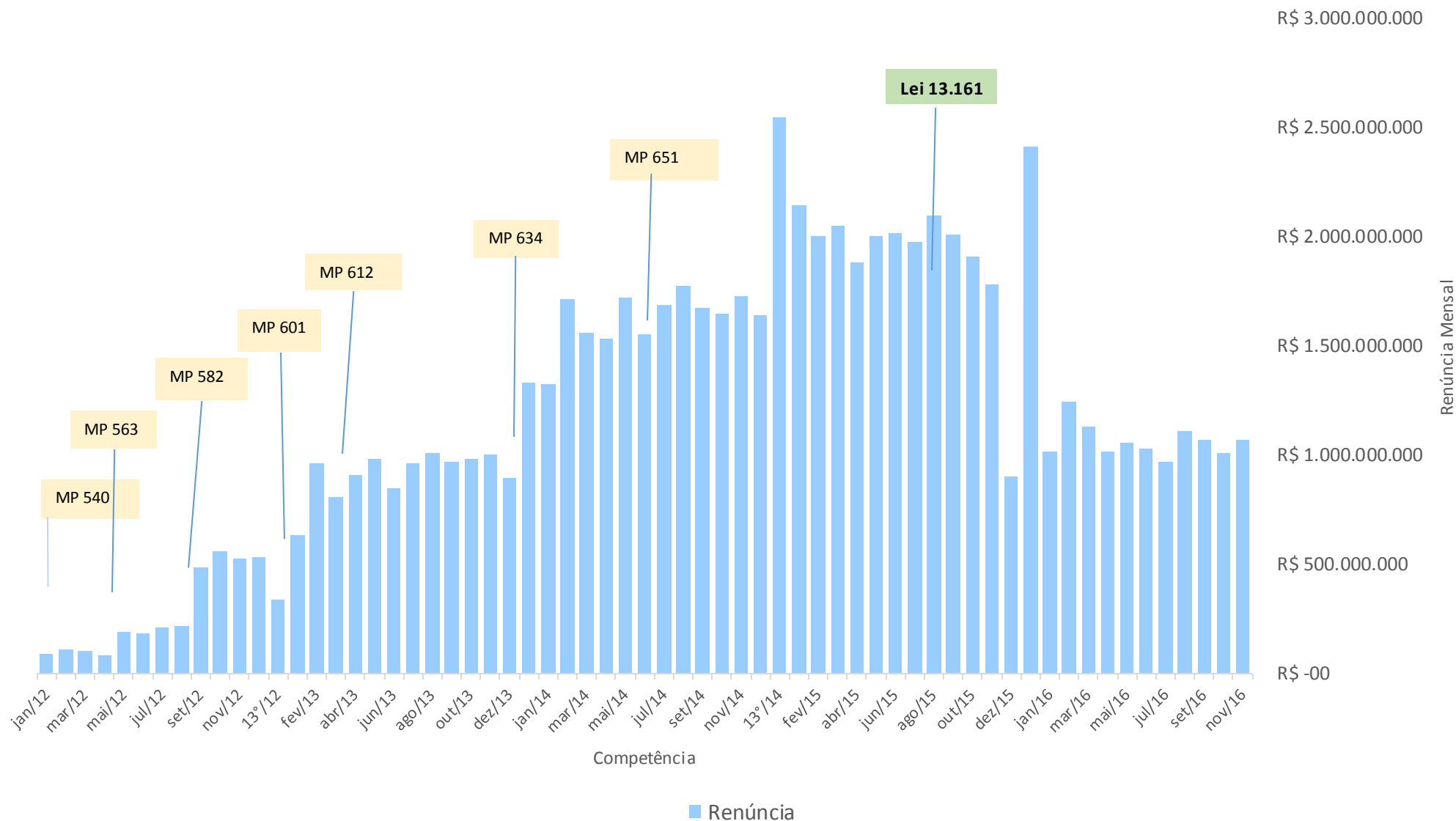
Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



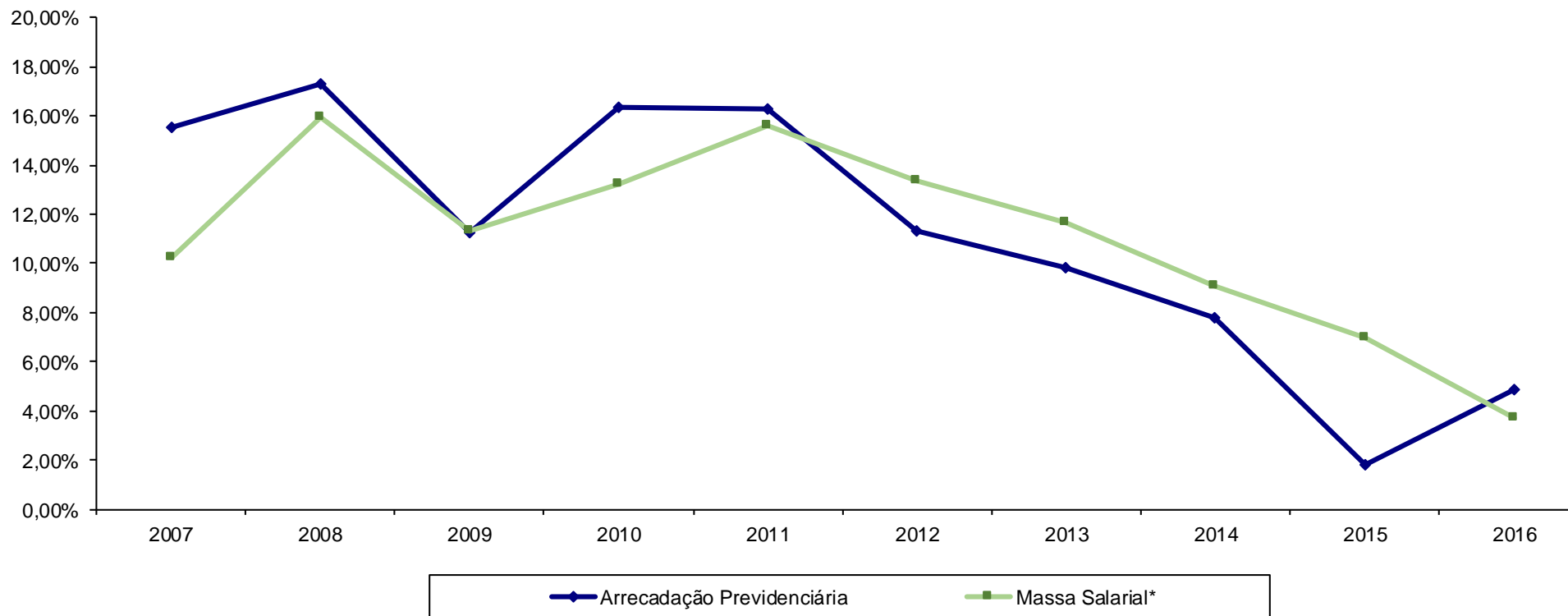
1.4 Evolução do Gasto Tributário

Evolução da Renúncia da Desoneração da Folha de Pagamento Jan de 2012 a Nov de 2016.



1.4 Evolução do Gasto Tributário

VARIAÇÃO DA MASSA SALARIAL NOMINAL X VARIAÇÃO DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA NOMINAL PERÍODO: 2007 A 2016



	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Arrecadação Previdenciária	15,55%	17,31%	11,23%	16,38%	16,26%	11,32%	9,80%	7,81%	1,83%	4,90%
Massa Salarial*	10,25%	15,92%	11,32%	13,23%	15,60%	13,38%	11,68%	9,05%	6,99%	3,71%

* Nos anos de 2007 a 2014 a variação da massa salarial foi apurada pela PME/IBGE, em 2015 e 2016 foi apurada pela PNAD/IBGE.

1.5 Parcelamentos Especiais

Parcelamento Especial	Lei Instituidora	Quantidades						
		Adesões	Ativos	%	Exclusões	%	Liquidações	%
REFIS	9.964, de 2000	129.181	2.853	2,21%	117.446	90,92%	8.791	6,81%
PAES	10.864, de 2003	374.719	4.311	1,15%	248.504	66,32%	121.849	32,52%
PAEX	MP 303, de 2006	244.722	3.517	1,44%	146.792	59,98%	94.021	38,42%
REFIS DA CRISE	11.941, de 2009	536.697	105.581	19,67%	177.515	33,08%	253.601	47,25%

Valores na data da consolidação de acordo com a situação atual dos parcelamentos - R\$ milhão

Parcelamento	Ativos	%	Excluídos	%	Liquidados	%	Total
REFIS	7.581	8,10%	83.138	88,50%	3.192	3,40%	93.911
PAES	2.841	4,20%	61.055	89,30%	4.472	6,50%	68.368
PAEX	1.044	2,80%	35.691	94,90%	887	2,40%	37.622
REFIS DA CRISE	51.415	37,00%	54.360	39,10%	33.227	23,90%	139.002



1.5 Parcelamentos Especiais

1. A expectativa para a abertura de um parcelamento e sua posterior adesão **influenciam negativamente a arrecadação induzida**
2. Considerando que 32% dos contribuintes especiais e diferenciados (cerca de 80% da arrecadação) optaram por uma das reaberturas da Lei nº 11.941, de 2009, estima-se que em torno de **R\$ 18,6 bilhões** por ano **deixaram de arrecadados de forma induzida**
3. Entre as empresas analisadas que foram optantes pelo parcelamento reaberto em 2013 (3.410), 70,14% (2.392) **já haviam optado pelo parcelamento de 2009**



1.6 Assimetrias e “fragmentação” do sistema

1. Proliferação de **sistemáticas diferenciadas** na apuração dos tributos por meio de isenções, reduções de alíquotas, créditos presumidos, etc.
2. A criação de diversos regimes **diferenciados** e **favorecidos** propicia a “migração” artificial (distorsiva) de grupos de contribuintes que se beneficiam ao sair da regra geral para regras específicas menos onerosas
3. A **fragmentação** gera a quebra da equidade vertical (empresas de diferentes portes não devem ser diferenciadas quanto à incidência de tributos) e horizontal (o tributo não deve ser determinante para o investidor fazer sua opção)



2. Aperfeiçoamento e Simplificação do Sistema Ajustes na Tributação e Redução de Obrigações Acessórias



Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



2.1 Ajustes na Tributação da Base Consumo

REFORMULAÇÃO DO PIS/COFINS SOBRE A RECEITA E IMPORTAÇÃO)

INTEGRAÇÃO COM SIMPLIFICAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO

CSRI

**CONTRIBUIÇÃO
SOCIAL SOBRE AS
RECEITAS E
IMPORTAÇÕES**

UNIFICAÇÃO da legislação, das alíquotas, e da forma de apuração. Substituição da incidência dual do PIS e da Cofins pela incidência única da CSRI

SIMPLIFICAÇÃO da apuração com a regra de tributo contra tributo. Os valores pagos e devidamente documentados relativos às etapas anteriores geram direito a crédito nas etapas posteriores.

RACIONALIZAÇÃO no alinhamento das regras de crédito da CSRI com as regras de dedutibilidade do IRPJ. Desvinculação da opção de tributação da renda com a tributação do consumo. Tratamento isonômico das pequenas empresas.



Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



2.1 Ajustes na Tributação da Base Consumo

LINHAS GERAIS DO NOVO MODELO DE INCIDÊNCIA

- 1** Substituição das atuais incidências do PIS e da Cofins pela incidência da CSRI. A transição para o novo modelo será gradual, com implementação da CSRI substituindo apenas o PIS. A Cofins seria incorporada no ano seguinte, possibilitando ajustes no modelo, em especial com relação à calibragem da alíquota.
- 2** Aproximação da incidência não-cumulativa à incidência modelo de um IVA, ampliando significativamente as operações com geração de crédito. Nessa mesma linha, o crédito será limitado aos valores constantes dos documentos fiscais e passará a haver destaque no documento fiscal da contribuição incidente em cada operação.
- 3** Tratamento isonômico na incidência para as pequenas empresas. Desvinculação da tributação do consumo (CSRI) com a opção relativa à incidência do IRPJ (Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional).
- 4** Neutralidade geral na arrecadação. A alíquota da CSRI será calibrada de tal forma a manter o mesmo nível geral de arrecadação do PIS/Cofins sobre receita e importações.
- 5** Minimização de impacto nos preços relativos. Manutenção da incidência cumulativa setorial atualmente vigentes para o PIS/Cofins.



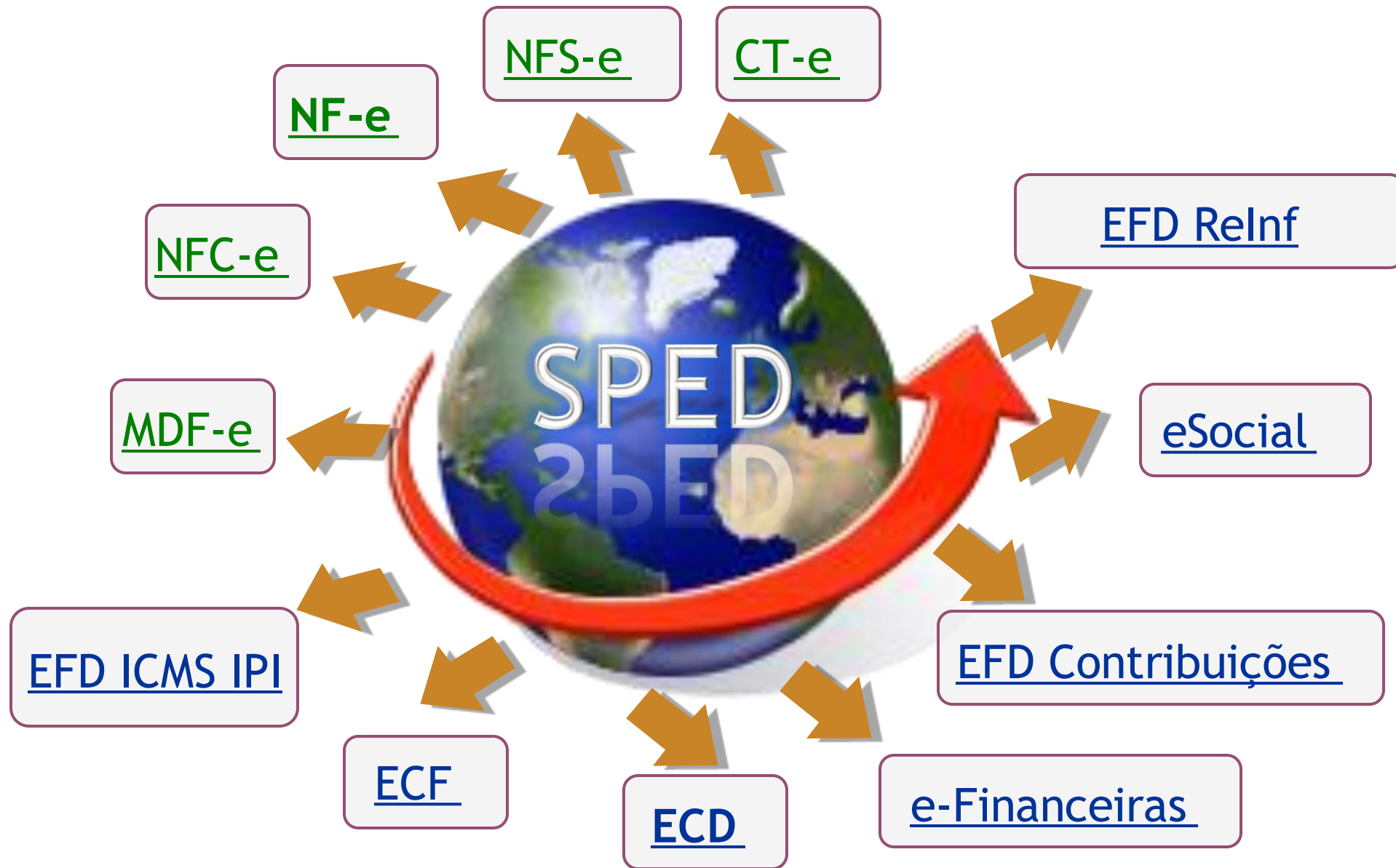
2.1 Ajustes na Tributação da Base Consumo

EFEITOS DA CSRI NO SISTEMA TRIBUTÁRIO

- A ampliação do direito creditório juntamente com a regra de equivalência entre débitos na cadeia anterior com o crédito na cadeia posterior garante a incidência sobre o real valor agregado por cada empresa.
- A tributação do real valor agregado elimina os resíduos de cumulatividade para as empresas sujeitas à não-cumulatividade, aumentando a competitividade dos produtos nacionais no mercado externo. Também aumenta a competitividade dos produtos nacionais em relação aos produtos importados (desonerados na origem).
- As regras mais claras de apuração e creditamento reduzirão substancialmente os litígios administrativos e jurídicos em relação à contribuição, reduzindo os custos indiretos e melhorando o ambiente econômico (aumento da segurança jurídica).
- O destaque em documento fiscal, combinado com a estrutura tecnológica existente, tornará mais efetivo o controle tributário, reduzindo a sonegação e, por consequência, garantindo uma competição mais igualitária no mercado.



2.2 SPED – Redução de Obrigações Acessórias



Receita Federal

MINISTÉRIO DA
FAZENDA



2.2 SPED – Redução de Obrigações Acessórias

Obrigação Acessória	Data Extinção	Volume Declarações na última entrega
DIPJ	Junho/2015	3.780.073 ⁽¹⁾
FCONT	Junho/2016	261.210 ⁽²⁾
DACON	Janeiro/2014	8.040.958 ⁽³⁾
DIRF	Janeiro/2018	2.588.509 ⁽⁴⁾
GFIP	Janeiro/2018	54.178.176 ⁽⁵⁾

(1) Fonte: Portal IRPJ

(2) Fonte: Estatísticas Internet - Sped Contábil 2014

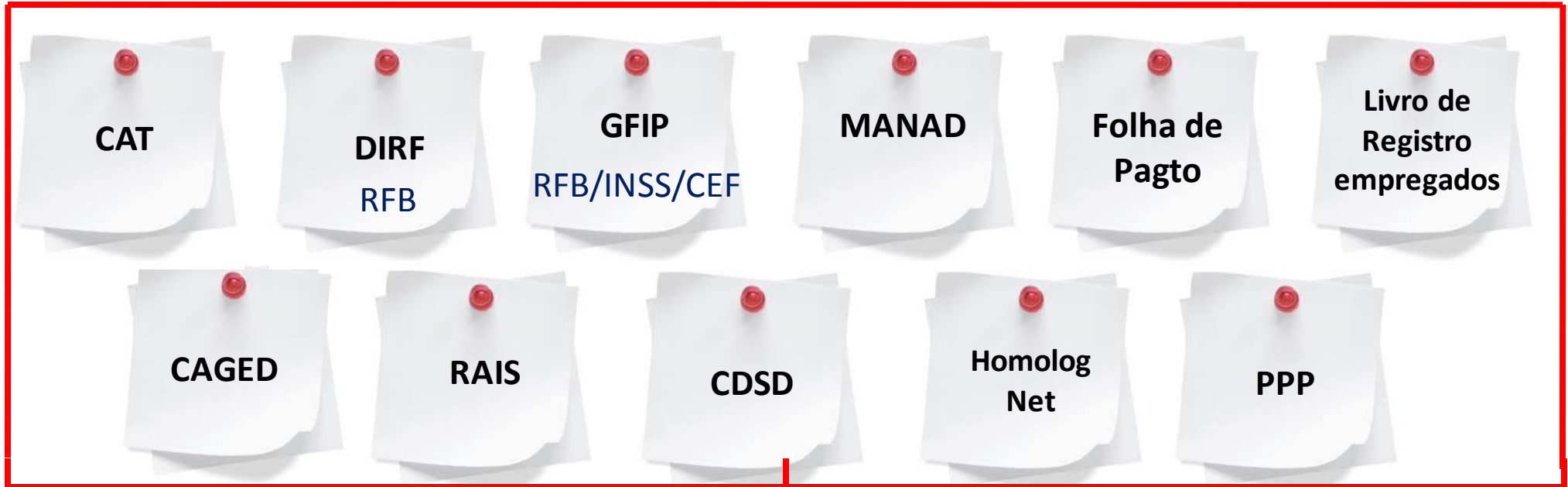
(3) Fonte: Estatísticas de Recepção do Receitanet – AC2013

(4) Fonte: Estatísticas de Recepção do Receitanet – AC2014

(5) Fonte: www.previdencia.gov.br/estatisticas - Boletim Estatístico GFIP 2ºS/2013

2.2 SPED – Redução de Obrigações Acessórias

Declarações passíveis de extinção com o e-Social



2.3 Competitividade e Comércio Exterior

Expansão do Portal Único do Comércio Exterior

- ✓ Consolidar em um ponto de entrada único, acessível pela internet, o encaminhamento de todos os documentos ou dados exigidos para comércio exterior, incluindo a utilização do Certificado de Origem Digital.
- ✓ Reduz em 40% o tempo para procedimentos relacionados à importação e exportação de mercadorias.

Expansão do Operador Econômico Autorizado

- ✓ Integrar a certificação do “Operador Econômico Autorizado”, que traz benefícios relacionados à facilitação dos procedimentos aduaneiros no País e no exterior, com as demais agências, tais como fiscalização agrícola, vigilância sanitária e Exército.
- ✓ Aumento da participação do Brasil no comércio internacional reduzindo o tempo de desembaraço das mercadorias

2.3 Harmonização da legislação tributária e aduaneira com as práticas internacionais

- ✓ Acordo de Facilitação do Comércio
- ✓ Intercâmbio automático de Informações
- ✓ Projeto Beps (Base Erosion and Profit Shifting)

MISSÃO

*“Exercer a **administração tributária e aduaneira** com **justiça fiscal** e **respeito ao cidadão**, em **benefício da sociedade**”*



VISÃO

*“Ser uma **instituição inovadora**, **protagonista na simplificação dos sistemas tributário e aduaneiro**, **reconhecida pela efetividade na gestão tributária** e **pela segurança e agilidade no comércio exterior**, contribuindo para a **qualidade do ambiente de negócios** e a **competitividade do país**”*

OBJETIVOS DE RESULTADO

Garantir a arrecadação necessária ao Estado, com eficiência e aprimoramento do sistema tributário

Garantir segurança e agilidade no fluxo internacional de bens, mercadorias e viajantes

Contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e da competitividade do País

OBJETIVOS DE PROCESSO

Aumentar a efetividade de cobrança

Ampliar o combate ao contrabando, ao descaminho e à sonegação fiscal

Impulsionar a simplificação do sistema tributário

Ampliar a aplicação da análise de riscos nos controles tributários e aduaneiros

Incentivar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras

Reduzir litígios, com ênfase na prevenção

Contribuir para a facilitação do comércio internacional e do fluxo de viajantes, em articulação com os demais órgãos

OBJETIVOS DE GESTÃO E SUPORTE

Desenvolver competências, valorizar pessoas e adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais

Viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia

Assegurar um modelo organizacional que favoreça a integração e a inovação nos processos

Promover a gestão com foco em resultado

VALORES: Respeito ao cidadão – Integridade – Lealdade com a instituição – Legalidade – Profissionalismo – Transparência

< rfb.gov.br >